

---

*O livro como dádiva: as dedicatórias manuscritas nos  
livros do centro cultural Euclides da Cunha –  
Ponta Grossa – 1950-1960*

*Luciana Cristina Pinto\**  
*Cláudio DeNipoti\*\**

---

**Resumo:** Este texto parte do pressuposto que a doação de livros pode ser estudada como parte de uma economia de dádivas. Assim, uma comunidade letrada pode criar padrões identitários e pautar sua atuação pela troca de livros entre si. A principal forma de buscar esses padrões e a própria economia de dádiva são as dedicatórias que os doadores (que nem sempre são os autores) fazem ao enviar ou entregar os livros ao destinatário do dom. Buscamos colocar em prática essas hipóteses de trabalho e análise em um grupo específico de pessoas que, nas décadas de 50 e 60, engajaram-se nas atividades do Centro Cultural Euclides da Cunha, particularmente através da doação de livros à biblioteca daquela instituição e ao mentor de sua criação.

**Palavras-chave:** História do livro. Dádiva. Práticas de leitura.

that book gifting can be studied as part of a gift economy. Therefore, a scholarly community can create identity patterns and guide its actions through the exchange of books amongst themselves. The main resource to look for such patterns – and the gift economy itself – are the hand written dedications which the donors (who not always are the authors) make when they send of hand the books to the receiver of the gift. We have tried to test these work and analysis ideas studying a specific group of people who, in the 50's and 60's, engaged in the activities of the Centro Cultural Euclides da Cunha, particularly through the donation of books to the library of that institution and to its mentor.

**Keywords:** Book history. Gift. Reading practices.

**Abstract:** This paper starts with the premise

---

\* Bacharel em História e Pesquisadora no Centro de Estudos em História da Leitura, do Livro e da Biblioteca (Cehbib) da UEPG. *E-mail:* lucristina22@gmail.com.

\*\* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado no Departamento de História da UEPG e no curso de História da UTP. *E-mail:* deniupoti@yahoo.com.br

Existe, no *campus* central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, uma sala com um fascinante acervo literário e documental, construído a partir do fim da década de 40 por uma entidade que agitou a história “cultural” (no sentido que o termo assumia na metade do século XX), no interior do Estado do Paraná: o acervo do extinto Centro Cultural Euclides da Cunha, abriga mais de quatro mil livros, editados entre fins do século XIX e a década de 60. A maioria dos exemplares foi doada ao centro cultural por sócios e/ou correspondentes, e um número significativo deles possui dedicatórias escritas à mão (para diferenciá-las das dedicatórias impressas que acompanham muitas das obras e têm um sentido mais genérico) por seus doadores.

Essas curiosas dedicatórias – registros únicos inseridos em documentos também importantes que são exemplares de livros impressos – são o objeto de nossa pesquisa. Escritas à caneta ou com bico de pena, nas décadas de 50 e 60, provocaram nossa curiosidade, gerando as questões que nortearam este trabalho acadêmico: quem esteve por trás de cada dedicatória? Em que contexto aquelas palavras foram escritas? Por que foram escritas?

### O Centro Cultural Euclides da Cunha

A sala do acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha (doravante designado como CCEC) abriga as fontes que utilizamos para a realização desta pesquisa, quais sejam, os livros que apresentam no seu interior dedicatórias que os vários sócios endereçavam ao CCEC ao longo dos anos de sua existência, entre 1948 e 1980.<sup>1</sup> Convém explicar que o conteúdo desses livros não será abordado aqui, pois a intenção deste trabalho é investigar as representações do livro no passado, ofertado como presente, a partir das dedicatórias que muitos apresentam. Assim, compreendemos o livro como *presente* a partir das dedicatórias manuscritas (encontradas geralmente nas primeiras páginas), palavras que chamam a atenção e despertam certo interesse quando pensamos que, por trás de cada dedicatória, esteve uma pessoa com possíveis intenções, inquietações, expectativas em seu contexto específico.

A biblioteca do CCEC possui um universo de, aproximadamente, 4.388 livros; desse total, por restrições relativas à duração do projeto de pesquisa, foram manuseados 1.104 livros, dos quais 350 possuem dedicatórias que foram catalogadas, compondo cerca de 8% do total de volu-

mes da biblioteca, e quase um terço (31,7%) dos livros selecionados. Disso podemos derivar, por um lado, que uma importante característica dessa biblioteca foi a de ter tido uma grande quantidade de doações na sua composição, e, por outro, que os doadores desses livros empenhavam-se em marcar o ato de doação pela inscrição, nas primeiras páginas das obras doadas, de palavras de oferta, agradecimento, ou mesmo, de forma mais direta, de solicitação de reciprocidade.

Essas 350 dedicatórias também foram selecionadas e ordenadas, principalmente quanto à repetição de palavras, para identificarmos se havia um possível padrão de escrita entre os sócios do CCEC. As dedicatórias que apresentam certa “ansiedade” por parte do doador, também podem revelar vestígios de uma “expectativa de recompensa”, por exemplo. Este trabalho pretende destacar um recorte das dedicatórias, fazendo uma breve reflexão sobre sua motivação e deixar o registro de que muito ainda há por fazer, pois a sala do CCEC preserva um rico material,<sup>2</sup> campo fértil para um pesquisador inquieto.

O CCEC foi fundado em 1947, e seu principal “entusiasta” foi o Prof. Faris Antônio Salomão Michaelé (1911-1977),<sup>3</sup> intelectual que dominava várias línguas, defendia a “causa indígena”, era formado em Direito e apaixonado admirador do escritor Euclides da Cunha (1866-1909):<sup>4</sup>

A 4 de outubro de 1947 foi fundada aquela que seria a principal obra de Faris a favor [da] comunidade intelectual ponta-grossense: o Centro Cultural Euclides da Cunha. A admiração de Faris por Euclides da Cunha, um dos maiores escritores brasileiros, já transparece em artigo publicado no Jornal do Paraná, na Página literária, a 22 de setembro, repetido a 10 de novembro de 1946, Euclides da Cunha, artista máximo da língua. (WANKE, 1999, p. 96).<sup>5</sup>

O principal meio de divulgação dos objetivos do CCEC foi o jornal *Tapejara*, no qual Michaelé deu asas à imaginação e abordou, entre outras coisas, temas indígenas, os “feitos” do escritor Euclides da Cunha, etc. A primeira edição do *Tapejara* é de 1950, e a partir de então o jornal teve vários redatores, mas sempre sob o olhar atento de Faris. “Veículo do Centro Cultural Euclides da Cunha, TAPEJARA”, explica Faris Michaelé,

ao mesmo tempo que procurará divulgar a mensagem euclidiana pelo Brasil afora, desempenhará, igualmente, o papel de porta-voz da fraternidade cultural entre o Brasil e seus irmãos da Indo-América, tão rica em homens e idéias”. (Apud WANKE, 1999, p. 137).

Carmencita Ditzel (1998), ao falar sobre o Estatuto do CCEC, nos ajuda a compreender melhor o que almejavam os “euclidianos”.<sup>6</sup> Dentre outras coisas, o estatuto destaca “a realização de eventos como – cursos, conferências, palestras e reuniões culturais; a divulgação de obras científicas, literárias e artísticas nacionais e de outros países; a publicação de um jornal trimestral [o Tapejara]”. (p. 63). Um dos pontos do Estatuto do CCEC, segundo Ditzel, era “a divulgação de obras científicas, literárias e artísticas”, o que poderia justificar o significativo número de livros doados. A partir dessa divulgação, os livros poderiam ter melhores vendas e ampliar os horizontes (no sentido de *status* e reconhecimento) de seus respectivos autores. Nesse sentido, as dedicatórias podem nos revelar vestígios de uma possível reciprocidade. Por outro lado, o processo de se escrever e publicar um livro não é, também, uma espécie de dádiva em que o autor doa suas idéias (mesmo que os livros sejam vendidos)? Nesse caso, poder-se-ia pensar a doação dos livros ao centro como a continuidade do processo de doação das idéias que se iniciou quando o autor começou a idealizar a sua obra?

Para sanarmos ao menos parte de nossas inquietações, seguiremos as pistas deixadas por certos “euclidianos” em suas dedicatórias. Assim, ao manusear alguns livros do acervo e, em particular, ao ler as dedicatórias, percebemos uma rica fonte de informações que nos revelam uma “prática muito antiga”, que é a troca de presentes. No caso desta pesquisa, o livro é compreendido como dádiva, ou seja, a partir das dedicatórias, os livros ganham a forma de *presente* e nos trazem indícios de um círculo de intelectuais que doavam livros ao Prof. Faris Michaele e ao CCEC. Esses autores são chamados, por Ditzel, a partir dos estudos de Daniel Roche, “intelectuais de província”, cujas atividades circulavam fortemente em torno da doação mútua de livros:

Mesmo afastados dos grandes centros e excluídos do mercado editorial, esses **intelectuais de província** participam de intenso debate cultural através das correspondências, dos jornais e revistas publicadas pelas instituições a que se congregavam. O Tapejara, órgão oficial de divulgação do Centro Cultural, cumpre essa função [...]. A análise da ação cultural do grupo euclidiano pontagrossense parte da premissa que

estes intelectuais representam a forma de pensar de importantes segmentos da comunidade local e refletem o espírito conservador que caracteriza a cidade. (DITZEL, 1998, p. 77, 19, grifo nosso).

Como palco desse universo, a cidade abrigava uma “sociedade plural”, como caracterizou Niltonci Batista Chaves, para a década imediatamente anterior à fundação do CCEC (2001):

Ponta Grossa nos anos da década de 1930 pode ser caracterizada como portadora de uma sociedade plural. Essa pluralidade manifestava-se nas posturas, nos universos simbólicos, nas ações e nos discursos diferenciados produzidos pelos segmentos que compunham essa sociedade e que repercutiam em seu principal órgão de imprensa, o *Diário dos Campos*. (p. 149).

O autor analisa o jornal *Diário dos Campos* explicando as atividades culturais na cidade, que permitiam à população “desfrutar de uma vida cultural intensa” participando em clubes, assistindo a espetáculos circenses e teatrais, “competições esportivas e as atrações apresentadas nos Cine-Teatros”. (CHAVES, 2001, p. 150).

Eno Wanke (1999) refere-se à Ponta Grossa dessa época com uma linguagem poética:

Minha Ponta Grossa tem dois apelidos carinhosos, pelo menos: Capital Cívica do Paraná – frase atribuída a Getúlio Vargas quando, de Ponta Grossa, comandou a Revolução de 1930 – e de Princesa dos Campos, pois seu centro inicial se ergue numa elevação maior em meio às colunas verdejantes que se estendem em volta a perder de vista, como se fosse um mar, muito verde, muito imóvel e muito lindo. (p. 12).

Essa forma lírica de descrever a região era adotada por muitos autores, orgulhosos das paisagens arrebatadoras que a geografia dos Campos Gerais apresenta. Podemos imaginar que esse contexto cultural e, especialmente o momento intelectual da cidade, gerasse certa atmosfera de expectativa pelo reconhecimento da arte, dos artistas e, principalmente, da literatura local. Ponta Grossa, como um paradoxal centro à margem da capital, representava a cultura e as aspirações de uma grande parte das cidades do interior paranaense. Escrever, publicar, expor, mostrar ao mundo que o interior de um estado do Sul do Brasil também tinha seus mestres era, sem dúvida, a aspiração de uma parte da sociedade. Havia

jornais como o *Diário dos Campos* e, especialmente, o *Tapejara*, que publicavam crônicas e poemas. Mas publicar livros e vê-los comentados nesses jornais era um objetivo de muitos escritores: um objetivo possível, não tão difícil de realizar, porém em alguns casos bastante dramático. É o caso da poetisa Anita Philipovski, também filiada ao CCEC, que publicara muitos textos no jornal *Diário dos Campos*, mas jamais conseguiu publicar o livro reunindo seus poemas e ensaios.<sup>7</sup>

Wanke (1999, p. 7) explica que, com a fundação do CCEC em 1947 e a publicação do *Tapejara*, “começam os anos de ouro de Ponta Grossa, que se torna uma espécie de Meca da Cultura, não só em âmbito municipal, mas também estadual, federal e até mundial!” Faris, percebendo o momento político com o governo de Washington que incentivava o pan-americanismo, “se infiltra culturalmente junto às maiores cabeças pensantes, especialmente das Universidades dos países do continente americano”.

### **As dedicatórias manuscritas nos livros do Centro Cultural Euclides da Cunha**

As dedicatórias analisadas neste trabalho foram feitas por sócios do CCEC que doaram livros ao Professor Faris Michaele e ao CCEC de Ponta Grossa, grande parte datadas nas décadas de 50 e 60. Elas “pulsam” nos livros doados ao CCEC com as palavras daqueles “euclidianos” que doaram obras à biblioteca: “durante 30 anos quasi [sic] esta obra foi m/companheira no ensino secundário. Sempre a considereei uma precisidade. Dou-a aos jagunços de Pitangui como testemunho de cultura. 13/09/52 [ass. de Raul Gomes]”.<sup>8</sup>

Com essas palavras o sócio-correspondente Raul Gomes<sup>9</sup> dedicava um dos vários livros que doou ao CCEC. O que se percebe, em um primeiro momento, quando passamos o olhar pelas dedicatórias, é uma série de elogios a Michaele e também ao CCEC. Isso poderia ser uma fórmula socialmente aceita, ou seja, uma troca de gentilezas entre homens cultos e preocupados, dentre outras coisas, com a “divulgação de obras científicas”, como constava em seu Estatuto?

Quando falamos em troca de gentilezas, não se subentende que algo deva ser retribuído por parte de quem recebe um presente, no caso específico deste trabalho, os livros doados? Longe de buscar respostas “prontas” para essas inquietações, temos como principal objetivo apontar hi-

póteses a partir das próprias dedicatórias, partindo do pressuposto de que não há neutralidade por parte de quem escreve, dedica, elogia. Nesse sentido, cabe apontar que as dedicatórias feitas pelos próprios autores dos livros são a imensa maioria (cerca de 80% do corpo documental levantado) e permitem pensar em uma tipologia lexical, na qual se destacam algumas categorias. Em primeiro lugar, cabe distinguirmos as dedicatórias de “oferta”, nas quais os autores se incluem como iguais ou como membros menores, em uma comunidade intelectual, emotivamente motivada, como é o caso do grupo de citações abaixo:

Ao Centro Cultural ‘Euclides da Cunha’, de coração oferece o autor Nilson Dimázio. Ponta Grossa, 16/VI/60.<sup>10</sup>

Ao pujante Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa, oferta do humilde consócio Durval Borges. Curitiba, 27/6/953.<sup>11</sup>

A mais alta expressão da Cultura Campesina- Dr. Faris A. Michaelis [sic], oferece com amizade fraternal – Sotéro Ângelo. Em Curitiba, 27-9-53. Residência: à rua Alferes Poli n° 943.<sup>12</sup>

Ao Centro Cultural ‘Euclides da Cunha’, de Ponta Grossa, oferece, com os protestos da maior admiração, o obscuro correspondente: Altino Borba. Guarapuava, 13/7/950.<sup>13</sup>

Esses exemplos representam também o estilo da maioria das 350 dedicatórias transcritas. Ou seja, a maior parte são dedicatórias curtas que seguem certo padrão convencional de escrita. Eno Wanke<sup>14</sup> também dedicou muitas obras ao CCEC e ao seu diretor, compartilhando desse padrão estilístico:

À Biblioteca do Centro Cultural Euclides da Cunha oferta do euclidiano Eno Th. Wanke. Santos 15.2.61.<sup>15</sup>

Ao Centro Cultural Euclides da Cunha, com os votos de felicidade do Wanke. Ponta Grossa, 28.12.67.<sup>16</sup>

No entanto, encontramos algumas dedicatórias que escapam desse padrão e apresentam mais informações da relação afetiva que os doadores de livros têm, ou querem ter com o CCEC e Faris Michaele:

Ao grande mestre e amigo Professor Faris Antonio S. Michaele, a quem dedico imensa admiração ao talento e simpatia, ofereço este meu primeiro livro, deixando que o futuro reserve, em qualquer êxito que conseguir, uma verdadeira homenagem à inspiração e incentivo que ele

sempre significou para o autor. Haja na minha estrada um pouco da luz que consagrou este escritor brilhante, que me serve de rumo e que me ajuda a prosseguir, na conquista do belo e do eterno. Curitiba, 22 de dezembro de 1973. [ass. do autor Fernando Vasconcelos].<sup>17</sup>

O escritor<sup>18</sup> dedica (na forma manuscrita) essas palavras em 1973 e se, por um lado, essa data ultrapassa alguns anos do nosso recorte temporal que prioriza as décadas de 50 e 60, por outro, ela nos fornece informações que não poderiam ser descartadas. Assim, ao ler a dedicatória, encontramos um autor doando e dedicando seu primeiro livro ao Prof. Michaelle. Utilizando vários adjetivos, Vasconcelos deixa clara a sua admiração e respeito pelo diretor do CCEC, mas poderia também haver alguma intencionalidade com relação à divulgação do livro? Ao dizer “Haja na minha estrada um pouco da luz que consagrou este escritor brilhante [...]”, podemos interpretar como certa expectativa de ser recompensado, com a publicação de seu livro no *Tapejara*, ou ter uma posição de maior destaque no CCEC?

Duas outras dedicatórias apresentam significativas informações nesse tocante:

Ao prezado amigo Professor Faris Antonio Michaelis [sic] e á ‘Tapejára’, adorado [sic.] órgão literário que tanto soma a cultura do Paraná, ofereço este exemplar, esperando que êle mereça bom acolhimento em que publicação, ao ensejo das grandes festas comemorativas do 1º Centenário do Paraná. Certo, pois, de que a ele será dada a costumeira solicitude e aguardando sua oportuna divulgação, reitero aos amigos de ‘Tapejára’ meus sentimentos de profunda estima. Curitiba, 31.8.1953. Francisco Pereira da Silva. Caixa postal n. 1261. Curitiba Paraná.<sup>19</sup>

Ao Centro Cultural ‘Euclides da Cunha’, prestigioso núcleo pontagrossense de estudos, e ao esplendido [sic] órgão ‘Tapejara’, homenagem de O. Martins Gomes. Curitiba 6-11-53.<sup>20</sup>

Nesse sentido, percebemos que o *Tapejara* simultaneamente inspirava e despertava admiração nos escritores “euclidianos”, apesar das dificuldades financeiras em manter o jornal funcionando:

Infelizmente – apesar das subvenções recebidas dos governos sempre minguantes devido à inflação e outros fatores – , o CCEC andava sempre com problema de caixa. Assim, Faris teve de pagar, ou pelo menos complementar, na maioria das vezes, a edição de seu próprio bolso. E, como se sabe, o professor, neste país, é tradicionalmente um

sacrificado em matéria de salário. Também havia a limitação do meio acanhado que vivia, onde apenas uma gráfica podia atendê-lo. Tanto que foi a venda de tal gráfica que, no final, acabou terminando com a alegria do Tapejara. (WANKE, 1999, p. 134).

Wanke explica que o *Tapejara* teve que ser produzido com “o formato e o papel mais baratos de edição: o do jornal. Dificultando pelo tamanho incômodo, a guarda e o manuseio das coleções e, pelo papel utilizado, a manutenção”. (WANKE, 1999, p. 134). Faris Michael e era o responsável pelo *Tapejara*, mas Wanke destaca uma curiosidade:

A partir de certo número do *Tapejara*, Faris resolveu homenagear os euclidianos mais esforçados colocando-os como redatores do jornal – e a lista de redatores chegou, às vezes, a ser bem extensa. Mas era Michael e quem selecionava a matéria, corrigia e fazia a expedição final de todos os números. (WANKE, 1999, p. 135).

Esse fato deveria despertar a criatividade e o interesse dos sócios do CCEC que doavam livros, escrevendo dedicatórias e demonstrando, algumas vezes, a importância e o prestígio do jornal e de seu principal articulador, compondo um segundo tipo de dedicatória, aquelas que agradecem “dívidas” recebidas pelos autores a partir do CCEC ou de seu idealizador:

Ao meu mestre, a quem verdadeiramente devo a minha orientação intelectual, como prova de amizade e reconhecimento ao meu grande Faris Antonio Michaelis [sic], **aguardando uma honrosa crítica**. Curitiba, 20/4/51. Noel Nascimento.<sup>21</sup>

Torna-se importante destacar a figura que Michael e representava para os “euclidianos”, confundindo-se, em certos momentos, com o próprio CCEC. Não pretendemos apontar as suas virtudes e habilidades, que constam em sua biografia escrita por Wanke. A obra é completa, rica em detalhes e informações que nos ajudam a compreender, em parte, as aspirações de Michael e com relação ao CCEC de Ponta Grossa. No entanto, precisamos relativizar sua obra. Uma biografia, é claro, destaca a vida e a obra do homenageado, mas, nesse caso específico, o escritor Wanke tinha uma relação de amizade com o biografado. Wanke também foi um “euclidiano”. Douu muitos livros e escreveu muitas dedicatórias. Era um fã incondicional de Michael e e expressa isso em seu livro.

Como dissemos, era de suma importância para os sócios correspondentes a opinião de Michael e sobre as obras enviadas/doadas ao CCEC. Na dedicatória acima, percebemos o escritor Noel Nascimento “aguardando

uma honrosa crítica”. As obras que chegavam ao CCEC poderiam ser divulgadas no *Tapejara*, mas, antes disso, passavam pelo olhar atento de Michael, que selecionava as melhores. Não se pode negar que ele foi inspiração para vários escritores, inclusive para Wanke.

A presença de um gigante intelectual como Faris Michael (1911-1972) em Ponta Grossa foi fundamental. Acho mesmo que podemos dividir a História Cultural da cidade em duas fases: a.F. e d.F. – antes de Faris e depois de Faris. Antes de Faris, a cidade era toda voltada para as atividades comerciais e industriais, entreposto entre o interior e o porto de Paranaguá ou São Paulo e Rio Grande do Sul. Acanhada, interiorana, provinciana. Sem biblioteca pública, sem memória, sem literatura... Os poetas, mingudíssimos, os escritores, os oradores agindo por conta própria, isolados, dispersos, sem objetivos... Depois do advento de Faris, quer por sua ação direta, ou simplesmente, catalisadora, começou a época de fastígio cultural da cidade, seus **anos de ouro**. Primeiro, como dirigente da Página literária do Jornal do Paraná (1945-1953) deu voz aos intelectuais, que foram saindo de suas tocas, um a um, para colaborar, para ficarem conhecidos em pelo menos dois centros: o local e o de Curitiba. (WANKE, 1999, p. 7, grifos do autor).

Com as palavras de Wanke podemos resgatar um pouco do que foi o “fenômeno Faris” para os intelectuais que o veneravam, expressando sua admiração e seu reconhecimento, tão destacadas em suas dedicatórias.

Nesse sentido, temos um último exemplo:

Ao espírito eleito para desempenhar na terra a grandiosa missão de distribuir a cultura e o saber, que é o caro amigo Dr. Faris Antônio S. Michaeli [sic], com um afetuoso amplexo do, Joanino Sabatella. Ponta Grossa, agosto de 1955.<sup>22</sup>

Essa dedicatória traz, em sua linguagem, características específicas do meio cultural referente ao autor do livro doado, Francisco Cândido Xavier e, possivelmente, do próprio autor da dedicatória,<sup>23</sup> ou seja, o universo do Espiritismo. Os termos que, na dedicatória, identificam essa doutrina – “espírito eleito” e “grandiosa missão” – reforçam nossa reflexão sobre a influência que Faris Michael exerceu sobre intelectuais de diversas cidades, que se associaram ao CCEC. Isso se deve à agitação cultural, à dedicação aos estudos e à paixão de Michael pelas letras.

## Discutindo os conceitos: dádiva e representação

No tocante aos estudos sobre o universo da palavra impressa, a questão da dedicação ou doação de livros é uma constante. Schwarcz nos explica como eram montadas, na França do século XVI, as bibliotecas do “poder monárquico” que se constituíam “pelo confisco de guerra, pelos acervos de membros da família real, pela obrigação do depósito de exemplares por parte de livreiros e impressores, por troca, por aquisição, ou ainda por doação”. (SCHWARCZ, 2002, p. 132).

Ora, a palavra “doação” é de fundamental importância quando pensamos o universo do livro. Assim, alguns livros doados para as bibliotecas descritas por Schwarcz, apresentavam dedicatórias:

A dedicatória deixada por todo aquele que ofertava um livro se converteu, assim, em uma prática diletta de fomento das bibliotecas reais, uma vez que o ato individual era tudo menos um gesto de exclusiva vontade. A dedicatória pedia proteção, reclamava parcialidade, granjeava benevolência e incitava rivalidades. Como um ato de reciprocidade “dar implica receber”, o ritual se repetia na lógica da corte, feita de tantos deveres e direitos. As modalidades de oferta variavam – um livro, um pergaminho ou uma obra ricamente encadernada –, mas em comum trocava-se o ato de vontade por proteção e aliança com o rei. (SCHWARCZ, 2002, p. 133).

A reflexão da autora ajuda-nos a compreender certas relações de “troca” no século XVI, e que, naquela época específica, havia uma “reciprocidade falsa”, sobre a qual Roger Chartier (1999) afirma que

na cena da dedicatória, a mão do autor transmite o livro à mão que o recebe, a do príncipe, do poderoso ou do ministro. Em contrapartida deste dom, um contra-dom é buscado, quando não garantido: na França, sob Francisco I, um posto, um cargo, um emprego, e sob Luís XIV, uma pensão. O que é interessante é justamente essa reciprocidade. O autor oferece um livro contendo o texto que escreveu e, em troca, recebe as manifestações da benevolência do príncipe, traduzida em termos de proteção, emprego ou recompensa. Mas esta reciprocidade é falsa. A retórica de todas as dedicatórias visa na verdade oferecer ao príncipe aquilo que ele já possuía. Não aquilo que ele não tinha, essa obra que sob a forma de um livro lhe é dada, mas aquilo que ele já possuía, na medida em que ele é o autor primeiro, o autor primordial. Ele não escreve o livro mas a intenção do livro estava já no seu espírito. (p. 39-40).

Podemos perceber que a reciprocidade se faz de acordo com as necessidades específicas do contexto, mas há uma constante expectativa de recompensa pelo que haviam doado, como ocorria nas bibliotecas do século XVI.

Marcel Mauss (2003) em *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, apresenta sociedades em que a dádiva era a principal relação na vida das pessoas. “Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz com que o donatário a retribua?” (MAUSS, 2003, p. 188). Com esses problemas Mauss percorre as sociedades da Polinésia, Melanésia e Noroeste americano, explicando o “regime da dádiva”:

Dessas observações sobre alguns povos melanésios e polinésios já se delinea uma figura bem formada desse regime da dádiva. A vida material e moral, a troca, nele funcionam de uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Ademais, essa obrigação se exprime de maneira mítica, imaginária ou, se quiserem, simbólica e coletiva: ela assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: estas jamais se separam completamente de quem as troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis. Com efeito, esse símbolo da vida social – a permanência da influência das coisas trocadas – apenas traduz bastante diretamente a maneira pela qual os subgrupos dessas sociedades segmentadas, de tipo arcaico, estão constantemente imbricados uns nos outros, e sentem que se devem tudo. (2003, p. 232).

No “regime da dádiva” temos o *potlatch*,<sup>24</sup> ou seja, as prestações e contraprestações estabelecidas de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam, no fundo, obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública, ou seja, o sistema das prestações totais. (MAUSS, 2003, p. 191). Entretanto, um grande *potlatch* poderia ser chamado *Kula*:

O *kula* – assim como o *potlatch* do noroeste americano – consiste em dar, da parte de uns, e de receber, da parte de outros, os donatários de um dia sendo os doadores da vez seguinte. Na forma mais completa, solene, elevada e competitiva do *kula*, a das grandes expedições marítimas, as *Uvalaku*, a regra é partir sem nada para trocar, inclusive sem nada para dar, nem mesmo em troca de um alimento, que se evita até pedir. Finge-se apenas receber. Somente quando a tribo visitante acolher, no ano seguinte, a frota da tribo visitada, é que os presentes serão retribuídos com juros. (MAUSS, 2003, p. 215).

Segundo Marcos Lanna (2000),

eu salientaria como fundamental outra contribuição de Mauss, a de que a vida social não é só circulação de bens, mas também de pessoas (mulheres concebidas como dádivas em praticamente todos os sistemas de parentesco conhecidos), nomes, palavras, visitas, títulos, festas. Nota-se que as trocas não são só materiais: a circulação pode implicar prestações de valores espirituais, assim como maior ou menor alienabilidade do que é trocado. (p. 177).

Na historiografia, a dádiva (ou o presente) foi estudado por Natalie Zemon Davis (2000), que afirma, na introdução de *The Gift in Sixteenth-Century France*:

Em 1925, Marcel Mauss começou seu maravilhoso trabalho sobre A Dádiva com a citação da Edda escandinava, no entanto a história de Rabelais serviria-lhe bem. Trocas e contratos nas “sociedades arcaicas” acontecem na forma de presentes. Os presentes são “teoricamente voluntários, mas na realidade são dados e retribuídos obrigatoriamente”. Aparentemente são gratuitos, no entanto mostram seu interesse. Cada presente dá origem a outro em retorno numa cadeia de eventos, que incluem muitas coisas num só momento. Bens são distribuídos e redistribuídos entre sociedades que não têm mercados comerciais distintos, a paz é mantida e, às vezes, solidariedade e amizade e *status* se confirmam ou são disputados, como no *potlatch* entre índios do Noroeste americano, onde os chefes tribais dentro de um clã rivalizavam entre si para ver quem dava mais de seus bens. (p. 3-4, grifo nosso).<sup>25</sup>

Davis fala de várias situações em que os presentes circularam na França do século XVI: esmolas, casamentos, morte, heranças, etc. e, assim, aproxima-se de Marcel Mauss que também já havia discutido esses temas quando falava de trocas, de contratos entre as sociedades que foram seu objeto de estudo. Ambos tratando de contextos distintos, mas perseguindo um mesmo “alvo”: o presente.<sup>26</sup> Também indica que o livro existe em uma espécie de interação entre sistemas de dádiva e de compra, pois o livro, como outras “mercadorias” ligadas à produção artística e intelectual, não se inscreve – ao menos não totalmente – na competição entre esses sistemas de forma antagônica. Existindo entre esses dois universos, o livro pode circular entre eles, pois “durante sua vida material, o mesmo livro pode passar por uma venda, tornar-se um presente, ser

passado adiante como parte de uma herança para pessoas que podem guardá-lo [...] ou vendê-lo”. (DAVIS, 2000, p. 44-46). Essa dupla inscrição é verificável pela presença no livro de elementos relativos ao comércio (o endereço do editor, por exemplo), e à doação, expressa na dedicatória (ou nas “permissões” e patrocínios do Antigo Regime).

Finalmente, a noção de dádiva está presente na concepção da coleção de livros para uso coletivo: a biblioteca principesca ou a biblioteca pública, cuja função é “doar” conhecimento, ou seja, inscrever-se – e aos livros – no jogo de reciprocidades da economia do dom, já que se supõe que a própria formação das bibliotecas seja resultado tanto de compra quanto de doação.

Entretanto, sobre o nosso objeto de pesquisa, o livro, Davis argumenta que

os livros eram o presente mais prontamente circulado entre amigos instruídos, algumas vezes com dedicatórias formais, algumas vezes com uma carta, a qual poderia muito bem ser publicada posteriormente. [...] Especialmente importantes, as dedicatórias também abordavam o conteúdo do livro. (2000, p. 36).<sup>27</sup>

Ao analisar as “representações” do livro no passado, a partir das dedicatórias dos livros do CCEC, recorremos a Roger Chartier (2002) que pensou *O mundo como representação*:

Para um historiador das sociedades do Antigo Regime, construir a noção de representação como o instrumento essencial da análise cultural é investir de uma pertinência operatória um dos conceitos manipulados nessas próprias sociedades. [...] Nas definições antigas (por exemplo, aquela do *Dictionnaire universel de Furetière* em sua edição de 1727), as entradas da palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: de um lado, **a representação manifesta uma ausência**, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é **a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa**. (p. 73-74, grifos nossos).

Ora, quando olhamos os livros da biblioteca do CCEC e, em particular, os que apresentam dedicatórias manuscritas, temos uma representação que “manifesta uma ausência”: a ausência (física) de um grupo de intelectuais que se denominavam “euclidianos” e que eram responsáveis pela circulação de livros na Ponta Grossa das décadas de 50 e 60.

Em contrapartida, essa representação que podemos manusear “é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa”: em nosso caso específico, as dedicatórias revelam os vestígios de um círculo de homens letrados que doavam livros ao Prof. Faris Michaele e/ou ao CCEC.

Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por um “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal com é. A relação de representação, assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pelo outro, sustenta toda a teoria do signo do pensamento clássico, elaborada em sua maior complexidade pelos lógicos de Port-Royal. (CHARTIER, 2002, p. 74).

Assim, compreendendo o livro como uma representação do passado, assumindo forma de presente, de dádiva a partir das dedicatórias, apontaremos seus padrões, seu caráter, se existia nelas alguma referência de grupo ou de reconhecimento; acreditamos que assim poderemos, em parte, analisar as possíveis intenções dos sócios-correspondentes do CCEC. Partindo do pressuposto de que as dedicatórias não eram neutras, problematizamos nosso objeto de pesquisa, numa relação de estranhamento com o passado:

Ao mesmo tempo **familiar** e **estranho**, é uma atividade que compartilhamos com nossos ancestrais, embora ela jamais possa ser a mesma que eles experimentaram. Podemos desfrutar da ilusão de sair do tempo para entrar em contato com autores que viveram há séculos atrás. Mas mesmo que seus **textos** tenham chegado **intactos** até nós – uma impossibilidade virtual, considerando-se a evolução dos projetos e dos livros como objetos físicos- nossa relação com esses textos não pode ser a mesma que aquela dos leitores do passado. (DARNTON, 1992, p. 200, grifos nossos).

Algumas décadas nos separam dos euclidianos, e entendendo as dedicatórias como um *texto* que nos chega às mãos *intacto*, nos é *familiar*. No entanto, ele foi pensado e escrito num contexto que nos escapa (as décadas de 50 e 60), permitindo, assim, que possamos questioná-lo porque nos é *estranho*. Sobre esse estranhamento com *o texto* e seguindo essa linha de raciocínio, também escreveu Chartier (2002):

É claro que nenhum texto, mesmo o mais aparentemente documental, mesmo o mais “objetivo” (por exemplo, um quadro estatístico estabelecido por uma administração), mantém uma relação transparente com a realidade que ele apreende. Jamais o texto, literário ou documental, pode anular-se como texto, isto é, como um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem às suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real constrói-se de acordo com modelos discursivos e recortes intelectuais próprios a cada situação de escritura. (p. 56).

Contudo, nosso objetivo foi apresentar, nesse tópico, uma rápida discussão que envolvesse os conceitos de *dádiva* e *representação*, para pensarmos as dedicatórias dos livros do CCEC na cidade de Ponta Grossa.

### Considerações finais

Nosso foco de análise direcionou-se para as dedicatórias dos livros doados por sócios do CCEC. Constatamos que a maioria das 350 dedicatórias catalogadas segue um mesmo padrão de escrita. Primeiramente, não podemos descartar essas dedicatórias, pois elas foram escritas e destinadas por determinadas razões, que nos permitem a elaboração de hipóteses: quem doava livros esperava por uma recompensa, que poderia ser a divulgação/publicação de obras no *Tapejara*; estreitar e legitimar os vínculos com Michaele; estar inserido e participar ativamente do CCEC doando livros ou escrevendo no *Tapejara*, incluir-se, portanto, em uma comunidade.

Há referência de grupo e reconhecimento nas dedicatórias, e percebemos, na leitura das mesmas, que uma “sociedade euclidiana” está formada. Ao colaborar na doação de livros, esses sócios-correspondentes ajudaram na ampliação da biblioteca do CCEC e, cientes do poder de articulação de Michaele, sabiam que seus livros estariam em mãos confiáveis. Ainda sobre as dedicatórias aparentemente padronizadas e suas possíveis intenções, podemos observar:

Em primeiro lugar, os atores valorizam o prazer na dádiva. Uma dádiva feita por obrigação, por obediência a uma norma, é considerada de qualidade inferior. A moral do dever não se aplica à dádiva. [...] Os membros de um sistema de dádiva possuem uma relação muito particular com as regras. Antes de mais nada, as regras devem estar implícitas. Por isso, é de muito mau gosto deixar o preço num presente, ou aludir a ele. (GODBOUT, 1998, p. 39-52).

A idéia de *regras implícitas* nos permite supor que havia hábitos preestabelecidos entre os “euclidianos”; saber exatamente quais eram esses hábitos, nos escapa, por enquanto. No entanto, sejamos justos (ainda que óbvios): os “euclidianos” não viviam em um sistema ou regime de dádiva como as tribos estudadas por Mauss ou as pessoas do século XVI descritas por Davis. Assim, enquanto certas regras poderiam de fato estar implícitas, e a despeito de todas as prováveis intenções dos “euclidianos”, o ato de doar livros à biblioteca do CCEC e/ou ao seu mentor não pode ser entendido como um jogo de interesses e ambições. Há um aspecto mais espiritual na dádiva dentro das relações humanas/sociais. Como reflete Godbout (2006) em sua *Introdução à dádiva*:

Por que se dá? Se admitirmos o que precede, a resposta é simples: para se ligar, para se conectar à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, particularmente a humanidade, cada vez que se dá algo a um desconhecido, um estranho que vive do outro lado do planeta, que jamais se verá. [...] Daí o sentimento de poder, de transformação, de abertura, de vitalidade que invade os doadores, que dizem que recebem mais do que dão, e muitas vezes do próprio ato de dar. (p. 39-52).

Em termos estritamente discursivos, as dedicatórias compõem representações sobre o livro, a leitura, a biblioteca e a própria idéia *civilizacional* que nos permite pensar na construção de uma identidade *letrada*, devotada à construção coesa de imagens do universo da palavra impressa em torno de noções de *prosperidade*, *progresso*, *devoção* à cultura, à educação formal e à leitura. Ao mesmo tempo, definem a inclusão hierárquica em uma comunidade intelectual liderada por Faris Michaele e seu CCEC, contribuindo para definições identitárias dos autores – tanto dos livros quando das dedicatórias propriamente ditas.

Por hora, finalizamos esta pesquisa com a qual investigamos as representações do livro no passado através das dedicatórias e apresentamos aos leitores os livros doados ao CCEC por sócios-correspondentes, resgatando, em parte, o contexto em que viveram e relacionaram-se, preocupados com a circulação de idéias. Mas... e os livros que não manuseamos? As dedicatórias que desconhecemos? Os “euclidianos” que não estudamos? Deixamos o convite aos pesquisadores, pois muito ainda há por fazer. Esperamos que esta pesquisa possa, nesse aspecto, servir de estímulo a outros curiosos, e que contribua de alguma forma, na produ-

ção do conhecimento histórico.

Muitas lacunas ficarão pelo caminho traçado, permitindo, assim, que novas perguntas sejam elaboradas, novas hipóteses sejam apresentadas – eis o espetáculo da História que, felizmente, não cessa. Por enquanto, pontuamos algumas questões para expor reflexões sobre o tema estudado, numa tentativa não de concluir, mas de propor, à luz de alguns pesquisadores, nossas próprias considerações sobre o tema, que sempre será matéria para debates.

## Notas

---

<sup>1</sup> Por razões metodológicas, centramos a análise na década compreendida entre 50 e 60, auge da atuação do CCEC.

<sup>2</sup> O significativo acervo bibliográfico oferece jornais; revistas; correspondências; obras raras; a biblioteca do Professor Faris Michaele e outras bibliotecas particulares.

<sup>3</sup> “FARIS MICHAELE nasceu no dia 3 de setembro de 1911, na cidade de Mococa, SP, mas foi registrado, aos doze anos, no Cartório do Registro Civil de Ponta Grossa, PR, como havendo nascido naquela cidade paranaense. Com seis anos de idade estudou no Colégio São Luís, de Ponta Grossa, PR, onde, em seguida, cursou o Ginásio Regente Feijó. Concluído o curso de Humanidades (1931), ingressou, no ano seguinte, na Faculdade de Direito de Curitiba (PR), onde concluiu o curso de bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi professor da Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa (onde lecionou Antropologia e Etnografia do Brasil), poeta, colaborador do *Diário dos Campos*, diário local. Em 1938 foi tentar a vida no Rio de Janeiro e em São Paulo, regressando, pouco tempo depois, para se dedicar ao magistério. Faris Michaele publicou diversos livros, entre os quais, *Trovas indígenas de fundo sarcástico* (1948), *Manual de conversação da língua tupi* (1951), *O direito entre os índios do Brasil* (1979), além de ensaios em revistas e na imprensa sulista. Foi membro da Academia Paranaense de Letras. Faleceu no dia 21 de maio de 1977, na cidade de Ponta Grossa, PR.” (DICIONÁRIO, 2006, grifo nosso).

<sup>4</sup> “Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu em Cantagalo (RJ), em 1866, descendente de sertanejos baianos e de portugueses, e morreu assassinado em

1909, na cidade do Rio de Janeiro. Cursou a Escola Politécnica, ingressando depois na Escola Militar, de onde foi expulso, ao se desentender com o ministro da Guerra do imperador, por causa de suas idéias republicanas e positivistas (baseadas no conhecimento científico e filosófico). [...] Em seu livro *Os Sertões*, tem como núcleo a campanha de Canudos, movida pelas forças da República contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Campanha essa que veio a revelar as violências e os erros cometidos pelo então recente governo republicano.” (SILVA; BERTOLIN, [s.d.], p. 321).

<sup>5</sup> Em relação à admiração de Faris Michaele ao escritor Euclides da Cunha, explica Wanke: “Dar o nome de Euclides da Cunha ao Centro demonstra, é claro, uma grande admiração de Faris por ele. No artigo citado, Euclides da Cunha, o artista máximo da língua, o nosso Faris Michaele o defende dos seus detratores, chama-o de ‘a viga mestra da literatura nacional’ e diz: ‘É que Euclides sofria do mal irremediável de ser um gênio’, dizendo que ‘foi um incompreendido. Conquanto o mais completo de nossos homens de letras, o mais nacionalista nos temas e o melhor provido na forma e no fundo, a sua obra não se considerou devidamente. E foi preciso que se editasse *Os Sertões* em inglês e castelhano para que chegássemos a saber que o mestre está em pé de igualdade com Dante, Cervantes e Shakespeare’. [...] [continua Faris] ‘Não posso, porém, negar que o seu patriotismo [de Euclides], grandes qualidades de escritor e estudioso incomparável de nossos problemas, estas e outras coisas me tenham levado a venerá-lo a memória, fundando este Centro, que já é uma bandeira de autêntica brasilidade

e dignificação da ciência antropológica...”. (WANKE, 1999, p. 98-99).

<sup>6</sup> Para explicar o conceito “euclidianos”, recorremos novamente a Wanke (1999): “O Centro Cultural Euclides da Cunha inspirava entusiasmo e orgulho a seus associados, os quais gostavam de ser tratados de euclidianos. Alguns, influenciados pelo patrono Euclides da Cunha e sua grande obra *Os Sertões*, usavam o tratamento de jagunços. Faris parecia preferir o primeiro, embora tivesse se referido algumas vezes aos ‘jagunços de Pitangui’. Pitangui é o nome de um afluente do rio Tibagi que nasce e morre dentro do município de Ponta Grossa, uma de suas fontes de água e de eletricidade. Portanto, um símbolo.” (p. 155).

<sup>7</sup> ANITA PHILIPPOWSKY [sic]. Poetisa. Nasceu em Ponta Grossa, em 2 de agosto de 1898. Sua atividade intelectual era intensa, publicando poemas e contos na imprensa de 1910 a 1930. Sua história é trágica. Consta que perdeu os originais do seu primeiro livro de poemas quando os ia publicar. A gráfica incendiou, e ela não tinha cópia. Como consequência, enlouqueceu e jamais voltou a si, até falecer, muitos anos depois. Dela ficaram apenas alguns poemas realmente bons, como, por exemplo, *Poentes de minha terra*. (WANKE, 1999, p. 156).

<sup>8</sup> Livro com número de chamada: 460 P 436g. PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica histórica*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1916. Todas as referências aos números de chamada correspondem a obras contidas no acervo do CCEC.

<sup>9</sup> “RAUL GOMES (Curitiba) (1889-1975). Professor, advogado, jornalista, escritor com diversos livros publicados. Redator do *Tapejara* de 1961.” (WANKE, 1999, p. 175).

<sup>10</sup> Livro com número de chamada: P 280.62 D 582s. DIMÁRZIO, Nilson. *A separação entre a Igreja e o Estado*. Curitiba: A. Pereira, 1960.

<sup>11</sup> Livro com número de chamada: P 861.162 B 732. BORGES, Durval. *Cofre de ébano*. Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1953. (Edição do Centro de Letras do Paraná).

<sup>12</sup> Livro com número de chamada: P 330 A 584c. ÂNGELO, José Sotéro. *Considerações sobre Tributação Fiscal do Estado de São Paulo*. 2. ed. Curitiba: Papelaria Requião, 1953. “SOTERO [sic] ÂNGELO, Dr. (Curitiba). Foi Redator do *Tapejara* em 1961.”

<sup>13</sup> Livro com número de chamada: P 790 B 726c. BORBA, Altino. *A Educação Física como fator de aperfeiçoamento moral: estudo sobre a necessidade e possibilidade da construção do Estádio Municipal de Guarapuava*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1946. “ALTINO BORBA (Guarapuava e depois Maringá, PR). Colaborou no *Tapejara* com um artigo e um poema.” (WANKE, 1999, p. 172, grifo nosso).

<sup>14</sup> “Primeiro, fui sócio-correspondente, pois morava em Curitiba, onde era estudante de Engenharia, quando o CCEC foi fundado. Depois de formado passei dois anos (1954 e 1955) em Ponta Grossa, quando atuei ativamente na Diretoria do CCEC. Além de poemas, publiquei no *Tapejara* um estudo sobre a importância de medir. Também tive meu quinhão de glória como redator do *Tapejara*.” (WANKE, 1999, p. 160-161, grifo nosso).

<sup>15</sup> Livro com número de chamada: P 869.162 W 244c. WANKE, Eno Theodoro. *Cinquenta trovas de amor*. Santos: Horácio Reis, 1960.

<sup>16</sup> Livro com número de chamada: P 869.162 W 244t. WANKE, Eno

Theodoro (Coord.). *Trovadores de Santos*: Coletânea. Rio de Janeiro: Pongetti, 1967.

<sup>17</sup> Livro com número de chamada: P 869.162 V 331p. VASCONCELOS, Fernando. *Pequena consciência*. Ponta Grossa: [s.n.], [1973?].

<sup>18</sup>"FERNANDO VASCONCELLOS [sic] nasceu em Diamantina, MG, em 2 de setembro de 1937. Jornalista, poeta, trovador, cronista, um euclidiano de última hora. Trabalhava em Castro, na Gráfica Kugler, quando Faris apareceu procurando onde editar o último número do *Tapejara*, em 1976. Teve o registro de seu livro *Pequena consciência* naquele número final. Hoje, vive e labuta em Ponta Grossa, onde recebeu o título de Cidadão Ponta-Grossense e é meu correspondente." (WANKE, 1999, p. 161-162, grifo nosso).

<sup>19</sup> Livro com número de chamada: P 869.162 S 586c. SILVA, Francisco Pereira da. *Croquis históricos do Paraná*: poesias. Curitiba: 1953. Mimeografado. "FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Curitiba). Poeta, colaborou com sonetos e poemas no *Tapejara*. Redator do número de 1961." (WANKE, 1999, p. 173, grifo nosso).

<sup>20</sup> Livro com número de chamada: P 869.162 G 633g. GOMES, Oscar Martins. *Goio bang*: poema alusivo às origens e à formação do Paraná. Curitiba: Papelaria Requião, 1953. "OSCAR MARTINS GOMES (Curitiba) (1893-1977). Advogado, professor, poeta, escritor. Quando chefe do Departamento de Cultura do Estado, conseguiu ajuda mensal de mil cruzeiros ao CCEC a partir de janeiro de 1953. Em 1953 lançou o livro *Goio bang*: Poesia, 'a epopéia do Paraná', segundo Faris, e em 1965 *O carnaval carioca*." (WANKE 1999, p. 175, grifo nosso).

<sup>21</sup> Livro com número de chamada: P 869.162 N 244n. NASCIMENTO, Noel. *Nuvens*: poemas. Curitiba: Guaira, 1951. "NOEL NASCIMENTO. Romancista, poeta, advogado. Idealista. Colaborou com poesias no *Tapejara*." (WANKE, 1999, p. 198, grifo nosso).

<sup>22</sup> Livro com número de chamada: 290 X 3b. XAVIER, Francisco Cândido. *Boa Nova*. 5. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, [s.d.].

<sup>23</sup>JOANINO SABATELA [sic]. Odontólogo, orador, conferencista e articulista. Era paranaense, passou alguns anos no Rio e em São Paulo, mas acabou fixando-se em Ponta Grossa onde viveu os 50 anos seguintes. Faris o focaliza na série de artigos que dedicou aos euclidianos falecidos (*Diário dos Campos*, 25 de dezembro de 1973)." (WANKE, 1999, p. 164, grifo nosso).

<sup>24</sup> Segundo Mauss: "O *potlatch* é bem mais que um fenômeno jurídico: é um daqueles que propomos chamar 'totais'. Ele é religioso, mitológico e xamanístico, pois os chefes que nele se envolvem representam, encarnam os antepassados e os deuses, dos quais portam o nome, cujas danças eles efetuam e cujos espíritos os possuem. Ele é econômico, e convém avaliar o valor, a importância, as razões e os efeitos dessas transações, enormes mesmo quando calculadas em valores europeus atuais. O *potlatch* é também um fenômeno de morfologia social: a reunião das tribos, dos clãs e das famílias, e até mesmo das nações, produz um nervosismo e uma excitação notáveis: os grupos confraternizam e no entanto permanecem estranhos; comunicam-se e opõem-se num gigantesco comércio e num torneio constante. [...] É preciso acrescentar o seguinte: os objetos materiais dos contratos, as coisas que são

trocadas, têm, igualmente, uma virtude especial, que faz com que sejam dadas e sobretudo retribuídas.” (MAUSS, 2003, p. 242, grifo nosso).

<sup>25</sup> “In 1925, Marcel Mauss began his great work on *The Gift* with a quotation from the Scandinavian Edda, but Rabelais’s story might have served him just as well. Exchange and contract in ‘archaic societies’ are carried on in the form of gifts. The gifts are ‘in theory voluntary, in reality given and returned obligatorily’; ‘apparently free and gratuitous, [they are] nevertheless constrained and self-interested’. Every gift produces a return gift in a chain of events that accomplishes many things all at once: goods are exchanged and redistributed in societies that do not have distinct commercial markets; peace is maintained and sometimes solidarity and friendship; and status is confirmed or competed for, as in

the potlatch among Indians of the Northwest coast of North America, where clan chiefs rival each other to see who can give away the most goods.” (DAVIS, 2000, p. 3-4).

<sup>26</sup> Convém explicar que Mauss utiliza as palavras “dádiva” e “presente” sem distinguir uma da outra. Já a historiadora Davis, na obra citada aqui, usa somente a palavra “presente”. Nessa pesquisa adotamos a postura de Mauss, utilizando as duas palavras quando nos referimos ao nosso objeto: o livro.

<sup>27</sup> “[...] books were the present most readily circulated among learned friends, sometimes with formal dedications, sometimes with a letter, which might well be published afterward. [...] Especially important, the dedications also addressed the contents of the book.” (DAVIS, 2000, p. 36).

## Referências

---

- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS, 2002.
- CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- DAVIS, Natalie Zemon. *The Gift in Sixteenth-Century France*. Wisconsin: Madison, 2000.
- DICIONÁRIO DE FOLCLORISTAS BRASILEIROS. Disponível em: <<http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/dicfef.htm>>. Acesso em: 30 set. 2006.
- DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. *O Arraial e o fogo da cultura: os euclidianos ponta-grossenses*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – UEPG, Ponta Grossa, 1998.
- GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 38, p. 39-52, out. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23 set. 2006.
- LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.
- LÉVY-BRUHL, Henri. Sobre o autor. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naifi, 2003.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naifi, 2003.
- REHEN, Lucas Kastrup. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário – UNIR*, ano V, n. 8, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.unir.br/-cei/revista.html>>. Acesso em: 21 maio 2006.
- SANTOS, Luísa Cristina dos. *Anita Philipovsky: a princesa dos campos*. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- SILVA, Antônio de Siqueira; BERTOLIN, Rafael. *Curso completo de português: Língua Portuguesa*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, [s.d].
- WANKE, Eno Theodoro. *Faris Michaelae, o Tapejana: uma biografia*. Rio de Janeiro: Plaqueete, 1999.

Artigo recebido em abril de 2007. Aprovado em outubro de 2007.